

Jornal Pharol: Apontamentos para a Modernização em Petrolina 1915 – 1920

**Autores: Ms. Ana Clara Farias Brito-UPE¹
Graduado Ygor Barros Leal-UPE²**

O presente trabalho tem como objetivo abordar o processo de modernização que se iniciou na cidade de Petrolina nas primeiras décadas do período republicano. Para tanto, trabalhamos com a problematização do Jornal o Pharol que teve sua primeira edição publicada em 1915. A imprensa da região, particularmente o Jornal o Pharol, é um veículo que imprime linguagens e imagens vinculadas a costumes e idéias que paulatinamente repercutem na organização dos espaços sociais nas vivências e socialização no início do século XX. A circulação do mesmo proclamando e enfocando em sucessivos anos as idéias em movimentos nos grandes centros urbanos, é entendido também como fruto desse processo, ou seja, ele enfatiza algo que ao mesmo tempo pertence, um veículo das letras que valoriza o sujeito “Leitor” e os induz a compreender seu espaço social.

Palavras Chaves: Imprensa, Modernização, Sertão.

Estudos referentes aos grandes centros urbanos do País como espaços a serem modernizados e seus respectivos impactos sociais possuem relativo espaço na historiografia brasileira, o que não implica dizer que tal exploração deste território do historiador, tenha-se dado por esgotado, muito há a se problematizar no tocante a tais temas. A variedade de objetivos e temáticas suscitadas e a posterior busca de compreensão de tais processos permite deslocar e cruzar as próprias correntes históricas, que conduzem a reflexões demográficas, sociais e/ou culturais. O que há de ser salientado é que há uma menor produção referente às idéias de civilidade e os processos de transformações das sociedades, tidas como tradicionais, em sociedades modernizadas, nas cidades mais longínquas das capitais brasileiras.

¹ Professora assistente da Universidade de Pernambuco, coordenadora do projeto: E o Sertão civiliza-se, idéias de modernidade e civilização do Vale do São Francisco.

² Graduado pela Universidade de Pernambuco. Membro do projeto: E o Sertão civiliza-se, idéias de modernidade e civilização do Vale do São Francisco.

Algumas questões são interessantes para se refletir quanto à inserção dos sertões no campo da historiografia, pois boa parte dos registros sobre o local permaneceu por longo tempo como mais uma das produções operada “fora” dos próprios espaços, o que simplifica por muitas vezes o entendimento da própria dinâmica histórica interna do local. O que não quer dizer que, sendo o processo histórico compreendido a partir do próprio espaço seja isento de armadilhas e ressalvas. Aqui duas questões podem nos fazer pensar alguma dessas ressalvas, a primeira diz respeito à utilização de conceitos, a segunda esbarra nas condições do desenrolar da própria pesquisa tendo em vista à dificuldade de acesso as fontes e acervos.

Primeiramente, a utilização das idéias progresso, ciência, discursos e conceitos como modernização e civilização devem ser examinados meticulosamente na aplicação da pesquisa, se distanciando das generalizações onde vise encontrar no sertão os mesmos movimentos, conflitos e impactos dos grandes centros urbanos do País. Devem ser salvaguardados as temporalidades e os espaços, estes, por possuírem configurações singulares apresentarão divergências nas práticas e nas recepções de tais idéias.

No tocante às condições de pesquisa para a compreensão das idéias de civilidade e os processos de modernização das cidades no sertão, neste caso no vale do São Francisco, nas vizinhas cidades de Petrolina e Juazeiro, a dificuldade diz respeito ao levantamento e catalogação das fontes nos arquivos, tendo em vista a deterioração do material o que tem dificultado o mapeamento dos periódicos do início do século.

Através dos contatos possíveis com as fontes, trazemos aqui algumas reflexões sobre o Jornal o Pharol. A pesquisa busca identificar no Vale do São Francisco, na segunda década do século XX, os modelos e práticas cotidianas urbanas, tidas como necessárias e propícias a conduzir a região a este aspecto. Modelos copiados dos grandes centros do País que tinham nas sociedades européias suas referências basilares.

A idéia era a de superação da incivilidade no sertão e da necessidade de assimilar aspectos que caracterizava o urbano enquanto moderno. O conceito de modernização aqui utilizado se refere, sobretudo as transformações estruturais do espaço urbano o que possibilita pensar não só os

processos físicos, mas também as relações, hábitos, costumes, maneiras de fazer e pensar, o que em termos gerais visa um redirecionamento das práticas da sociedade marcada pelo atraso quando em comparação com outras regiões do País.

No percurso do desenvolvimento, as relações devem ser reconsideradas a fim de possibilitar a inscrição no mundo civilizado, na marcha da história que integraria a região a nação. Alguns aspectos cumprem papel decisivo nessas questões, como a reorientação da utilização espacial, o que é possível observar desde o século XIX no Brasil Imperial quando se enviam comissões encarregadas de estudos e levantamentos, com o intuito de pensar a vasta região sob uma utilidade econômica. Obviamente para concretização desses projetos tornar-se-ia necessária conversão a perspectivas valores de desenvolvimento oriundos de outras regiões, isto é observável nos próprios relatos dessas expedições onde se ressalta as características naturais como uma grande possibilidade em meio aos entraves de gentes e distância.

Em 1879-80, o País atravessava uma crise prolongada, devida à seca dos sertões do Nordeste, e urgia socorrer aos flagelados e nenhum remédio se deparava então mais adequado às circunstâncias do que empreender grandes obras que moraliza, estimulam, suavizam o viver das populações que o flagelo desequilibrou. O governo voltou as suas vistas para o rio São Francisco, que, como uma “terra de promessa”, servia então de refúgio às multidões deslocadas do Nordeste[...] empreenderam-se estudos para promover a navegação interior em grande escala. (SANTANA, 2002, P.52-53).

Na virada do século XX intensificou-se a busca do encurtamento das distâncias, vigorada pelos sonhos de civilidade, os contatos estabelecidos permitiriam uma aproximação maior desse termo. Termo que requer as ressalvas anteriormente feitas, devido a sua variedade e intencionalidade no tempo e espaço. O que se pode resumir deste caso particular é que a própria idéia, em seu bojo, carrega elementos que permitem exprimir um sentido, primordialmente, o de caminhada que os leva adiante, ao progresso. A este movimento faz-se necessário reconhecimento mútuo das maneiras de se relacionar, organizar e viver. Para Norbert Elias:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos; ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. (ELIAS, 2011, P. 23).

Ainda em o Processo Civilizador o sociólogo enfatiza que “Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo e muito mais”. Certamente as tensões e conflitos são marcas desses acontecimentos históricos quando se propõem virar páginas e escreve-las em nova linguagem e padrões. Ribeiro enfatiza que:

É desta maneira que Norbert Elias pensa. Pode respeitar os costumes que se civilizaram (transparece até mesmo uma simpatia por eles), mas sempre tem em mente que o condicionamento foi e é caro. Uma responsabilidade enorme vai pesando sobre o homem à medida que ele se civiliza” E isto tanto se entende à luz das torturas, físicas ou psíquicas”. (RIBEIRO, 1989, P.10).

Esta tensão entre o antigo e o novo afeta também as cidades de Petrolina e Juazeiro. A possibilidade de entrada das mesmas no rol dos locais modernos e civilizados, delimita modificações e re-configurações, afetando as ordens sociais, econômicas e culturais, visando inserir relações e práticas com dimensões expandidas, cosmopolitas e se opor àquilo que possa trazer marcas do atraso.

Para os homens letrados, elites econômicas e governantes locais as idéias de civilidade e as práticas de modernização se apresentam como a via de intervenção na mentalidade rural predominante, submetendo-a a novas demandas, valores e símbolos, estes tornam-se próximos nos contatos com outras regiões e possibilitam expandir a postura de região nascida para o progresso e de gente destinada a “grande futuro”.

A modernização faz entrada na região hoje denominada de vale do São Francisco através da cidade de Juazeiro que distante cerca de 500 quilômetros de Salvador capital da Bahia apresentava-se, na segunda metade do século XIX e início do XX, como ponto central da comunicação interior através de estradas que daquele local se encaminhavam para o Maranhão através do Piauí e ainda da comunicação fluvial que descendo de Minas chegava ao Oceano através de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Esta localização tornou Juazeiro um centro privilegiado de transações comerciais da região, fazendo a mesma ser considerada como o ponto médio entre os Rios São Francisco e Tocantins (CUNHA, 1978, p 96).

O fluxo de mercadorias e pessoas fez a Villa de Juazeiro ser elevada a categoria de Cidade EM 1878. No ano seguinte, 1879, Teodoro Sampaio em viagem exploratória pelo Rio São Francisco observava o progresso da cidade caracterizada por ele como “Corte do Sertão”

As suas construções, em que procura observar certo gosto arquitetônico, a sua nova e boa igreja matriz, o teatro, uma grande praça arborizada, ruas extensas, comércio animado, porto profundo e amplo exibindo uma verdadeira frota fluvial, população alegre e ativa de mais ou menos 3 mil habitantes, davamo-nos uma impressão tão favorável de progresso, de riqueza e de atividade que nos alegrava e nos levava a mudar o conceito que vínhamos fazendo deste rio e dos seus adustos sertões[...] Notamos na população de Juazeiro a mais obsequiosa atenção e urbanidade”(SANTANA, 2002, p. 103-104)

O engenheiro Teodoro Sampaio integrava a “Comissão Hydraulica” chefiada pelo engenheiro W. Millor Roberts. No ano de 1878 essa comissão subiu o São Francisco, desde a sua foz no Oceano até a cachoeira de Pirapora em Minas Gérias, estudando-lhe os caracteres técnicos do ponto de vista da navegação e propondo o tipo dos melhoramentos adequados. Sampaio, registrou em suas cadernetas de campo não só as características físicas do espaço mais as suas impressões sobre as comunidades existentes no percurso.

Neste sentido, a cidade de Juazeiro denominada pelo engenheiro de “corte do Sertão”, contradizia a realidade encontrada por ele nas comunidades onde passou sua “gente incivilizada”, preguiçosa ver onde ele fala isso, e suas relações sociais e econômicas atrasadas, se contrapunham ao progresso do espaço e civilidade da população residente em Juazeiro. Na sua concepção o local se apresentava como um verdadeiro “Oasis” no sertão tendo em vista as caracterizações negativas atribuídas ao mesmo pelo litoral.

Nos anos iniciais da republica, a navegação a vapor, junto com a inauguração do trecho final da estrada de ferro “da Bahia ao São Francisco” propiciaram não apenas o aumento do fluxo de mercadorias como da circulação de idéias e comportamentos típicos dos centros urbanos sobretudo da capital da Bahia, Salvador. È neste momento que na região inicia-se a produção e divulgação, em grande escala, de um dos símbolos da modernidade, o jornal.

O jornal, que foi caracterizado como um dos meios mais eficientes de comunicação no século XIX, passaram existir no sertão em inícios do século XX, possibilitando a circulação de notícias locais e regionais e ainda permitindo o contato com acontecimentos nacionais e internacionais

fazendo assim propagar por um vasto território as idéias cosmopolitas e civilizatórias. O jornalismo se caracterizou como a grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual do início da República. Na visão de Sevcenko, sua ação quer sobre as classes conservadoras quer sobre as massas era indiscutível, e neste período, tornaram-se intensas, neste meio de comunicação, as campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação de novos costumes. (SEVCENKO, p. 126, 2003)

Em Juazeiro, o primeiro periódico a circular data de 1895 e recebe o nome de “Sertanejo” editado em publicações semanais, o jornal teve vida curta e foi sucedido por outras iniciativas igualmente efêmeras. O jornal “A Cidade de Juazeiro” foi criado no ano de 1896 e se caracterizou por sua maior circulação e periodicidade pois conseguiu manter as suas publicações até o ano de 1897. Depois dele, apenas em 1901 Juazeiro volta a ter um jornal de circulação freqüente, o “Correio do São Francisco” circula até o ano de 1919. Contudo, segundo João Fernandes da Cunha (CUNHA, 1978, p 141), após essa iniciativa apenas se firma “O Juazeiro” que resistindo a obstáculos consegue circular na região até a década de 50 do século passado. Após a extinção do mesmo, apenas em 1972 Juazeiro tornará a ter um periódico de grande circulação, o “Rivale”.

Do outro lado do rio, no local caracterizado por muitos anos como “passagem para o Juazeiro” os homens das letras tem mais sucesso nas iniciativas ligadas a imprensa. Após algumas publicações de pouca duração na cidade, batizada de Petrolina, iniciada no ano de 1897, com o Jornal “A Fênixé criado no ano de 1915 o “Pharol” que irá ser publicado de forma ininterrupta na região por 74 anos”(CAVALCANTI, 2008).

O local que se tornou cidade apenas em 1895, se emancipando da cidade pernambucana de Santa Maria da Boa Vista, não alcançou um grande desenvolvimento urbano nas primeiras décadas do século XX. Nestes anos, as habitações ainda se concentravam no sentido paralelo ao rio sendo as habitações concentradas na chamada “rua do Grude” assim caracterizada por ser o local habitado por lavadeiras que tiravam a sujeira das roupas, chamadas por elas de “grude” na beira do rio.(Desta forma, a “passagem do Juazeiro” concentrava poucos habitantes e o centro da cidade era ocupado por trabalhadores pobres; lavadeiras e pescadores em sua maioria. (CAVALCANTI, 2008).

Até a data da criação do Pharol, 1915, poucas tinham sido as modificações no espaço físico da cidade algo que contradizia a realidade da vizinha Juazeiro que além da urbanização, já contava com espaços identificados como modernos como os destinados ao tratamento e cura de doentes, caso da Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1885, e a educação formal exemplo da primeira escola publica municipal criada em 1896. Existia ainda em Juazeiro, espaços condizentes com os novos padrões de sociabilidades e lazer caso do teatro Santana criado em 1874 e das sociedades filarmônicas 28 de setembro fundada no ano de 1897 e Apolo Juazeirense criada em 1901.

João Ferreira Gomes, o Joãozinho do Pharol, era um jovem de apenas 15 anos quando criou aquele que viria a se tornar o jornal de maior circulação da Região do São Francisco nos primeiros anos do século XX algo contraditório tendo em vista as já colocadas dicotomias no processo de urbanização e conseqüente modernização dos espaços das vizinhas cidades de Juazeiro e Petrolina.

O nome do periódico aqui analisado já indicava os anseios do seu idealizador. O título: “Pharol” faz analogia à iluminação do caminho para o desenvolvimento do vale São Franciscano em especial da cidade de Petrolina tendo em vista o “atraso” da mesma no rumo ao que naquele período era considerado como progresso. O simbolismo não ficou apenas no nome, em suas primeiras edições (1915 a 1920) identifica-se que as tintas foram carregadas nos elementos da modernização e da civilidade estes traduzidos sejam em clamores por serviços como escolas e farmácias ou pela massiva divulgação de elementos típicos dos hábitos modernos como o consumo de xaropes e remédios engarrafados que prometiam a cura de algumas doenças.

O jornal O Pharol passou cerca de um ano sendo impresso na cidade vizinha pelo jornal “Folha de Juazeiro” até adquirir uma impressora manual. No que se refere ao formato, o periódico tinha seus textos distribuídos em três colunas, com número de páginas inconstantes podendo variar de quatro a oito, as dimensões da publicação eram, inicialmente, menor do que de um jornal convencional, passando a circular no tamanho padrão no ano de 1917. O formato e a periodicidade inicial preocupavam Joãozinho que considerava a região como digna de uma publicação semanal e que trouxesse um formato ampliado uma vez que o tamanho menor já

passava a prejudicar a publicação das informações da região que na sua visão, “*caminhava a passos largos em direção ao progresso*”.(O Pharol, 1917)

Os primeiros números do periódico não contaram com imagens, a primeira foto publicada foi a do governador do Estado de Pernambuco no período e data do ano de 1916. Desde então as fotografias publicadas se restringiam a personagens considerados importantes na região e no país. A única exceção seria a propaganda dos remédios, sempre acompanhadas de ilustrações de frascos e de pessoas que experimentaram a curada após a ingestão dos compostos anunciados no periódico.

Para destacar a data do aniversário do jornal, Joãozinho, empregou a contagem pelo ano emergente onde as publicações são caracterizadas pela escolha de uma data específica que demarca a passagem de um ano de publicação a outro. No caso do Pharol, dia 07 de setembro. Assim, um novo ano de publicação do periódico só teria início desta data. A publicação do jornal é feita, inicialmente, de forma quinzenal e embora efetuasse a venda de exemplares avulsos, a sua maior arrecadação vinha das assinaturas mantidas em dia pelos leitores. No ano de 1920, fora publicada uma lista com os nomes dos assinantes, entre eles o médico, e então prefeito da cidade, Pacífico da Luz e dos coronéis Honorato Falcão e Manoel Carvalho.(CAVALCANTI, 2008)

A duração prolongada do jornal, que foi editado por 74 anos, nos permite inferir sobre o crescimento do papel dos intelectuais da região, estes se dividiam na função de leitores e redatores do periódico mostrando-se empenhados no propósito de indicar o caminho da modernização e civilidade no espaço em questão. Tal empenho revela que há um processo de identificação, pelas manifestações dos desejos, aspirações e deslumbramentos, ressaltando a aptidão a vida na cidade, lugar do homem moderno. (REZENDE, 1997, P.30).

A interpretação desse processo aqui proposta tem por base a análise textual dos elementos disponíveis, no jornal O Pharol. Identificando o que nele se inscreve, constrói de forma regular, e tem por propósito circular e criar efeito:

O texto é a unidade que o analista tem diante de si o da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pelas suas referências a uma ou a outra formação

discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura. (ORLANDI, 1999, P.63).

Trata-se como já frisado das idéias de submissão de um espaço, as transformações que o modifique e possam caracterizá-lo enquanto urbano. A análise dos periódicos do Jornal o Pharol, entre os anos de 1915 a 1920, busca evidenciar o conjunto de apontamentos e direcionamentos que fizesse da cidade uma sociedade urbana, para Lefebvre este processo é entendido como uma proliferação, pois:

[...] o “tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (LEFEBVRE, 1999,P. 17).

Logo a compreensão é possível através da idéia de andamento, que se concretiza ao longo do tempo, na apreensão e imposição de práticas que se tornam predominantes. A tentativa é de compreender a “gestação do urbano”, o que passa a integrar, agrupar a vida na cidade. Apontamentos designam a possibilidade para o concreto, o que pode vir a ser, atribuição de sentidos, instituições e práticas no “tecido urbano”. Devendo romper com as dificuldades e emaranhados para consolidação de tais objetivos. “O urbano” (abreviação de “sociedade urbana”) defini-se, portanto não como realidade acabada, situada, em relação a sociedade atual[...]mas ao contrário como horizonte, como virtualmente iluminadora”. (LEFEBVRE, 1999,P. 28).

A cidade de Petrolina encontra no Jornal o Pharol um grande defensor das práticas de modernização dos espaços e da civilidade dos hábitos e costumes da população sertaneja. Como já colocado anteriormente, longe de esgotar as análises destas relações, presentes no jornal em questão, pretende-se neste espaço realizar apenas alguns apontamentos dos mesmos.

Desde o segundo ano de sua fundação,1916, os redatores do jornal se empenharam em colocar os leitores petrolinenses em contato com as últimas informações nacionais e mundiais. O contato, e a troca de publicações com outros centros urbanos e principalmente com o Rio de Janeiro, então capital do país, permitiram ao jornal a rápida atualização de notícias políticas e econômicas. Os fatos considerados de menor importância eram organizados em pequenas notas em uma coluna

intitulada de “Factos Mundiais” No ano de 1916, foram publicadas notas sobre a política no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Itália e até mesmo na Turquia.

No que se refere às modificações no espaço físico, o jornal se empenhava em reivindicar melhorias na urbanização da cidade seja na pavimentação de ruas e avenidas, seja na cobrança da implantação de estabelecimentos modernos e típicos de centros civilizados como farmácias e escolas. Em 15 de novembro de 1916, anunciava-se a inauguração do Jardim Público da Rua Dr. Manuel Borba, e do matadouro público da cidade em 1920 evidencia-se o prolongamento da avenida Dantas Barreto com a demolição de pequenas e velhas casas que na opinião do autor deixavam feia a cidade e a notícia de um projeto de arborização que seguia o padrão das “*ciudades modernas brasileiras*” do sul.

Junto com o espaço moderno, almejava-se para a população petrolinense a adesão de hábitos e comportamentos tidos como civilizados. Assim, desde as primeiras edições do jornal evidenciou-se, por exemplo, a atuação da filarmônica local, a 21 de setembro, destacando os seus aniversários e publicando as loterias vendidas pelo grupo com o objetivo de garantir a sua manutenção. Outra agremiação bastante referenciada pelo jornal foram as “Filhas de Mozart” grupo de musicistas composta por “distintas senhoritas da elite” da cidade que procuravam se reunir para expor seus dons musicais, tocando em eventos públicos e particulares. Segundo o jornal o grupo trazia ainda como objetivo criar um cinema, espaço ainda inexistente na cidade. Por este motivo, toda a atuação pública das mesmas era amplamente divulgada pelo periódico que incentivava ainda a venda de suas loterias.

A implementação destes “novos hábitos civilizados” era conduzida pelos intelectuais, homens de letras, que neste período vão gozar de grande destaque social O reconhecimento destes personagens nesse processo torna-se visível no jornal da região que dá destaque a atuação de médicos, assim com, reivindica a chegadas dos professores para educar a população.

Neste sentido, a educação por via da instrução escolar foi encarada como possibilidade de elevação cultural do povo petrolinense. Um maior acesso à escrita e a leitura são partes da crença a elite letrada da referida localidade de que se tornaria necessária à tarefa de implantação de

escolas, instrução geral a fim de suplantarmos males como o analfabetismo. Este projeto que tem por objetivo a emergência do cidadão “livre”, instruído e letrado, “*principalmente nessa época, em que os governos começam a mover guerra contra o analfabetismo, que assombrosamente tem invadido o nosso País*” (O Pharol 1917).

A transmissão é de um conhecimento útil, representativo dentro do processo em andamento, assim a escolarização é um aspecto que é fruto e anda em conjunto, contribuindo diretamente para a própria modernização e urbanização. A formação da educação do povo é reclamada para o Estado, este deveria orientá-los. É possível verificar nos periódicos esta relação entre governo local e Estado, onde o primeiro atribui ao segundo a responsabilidade de gerir e ser patrono da educação. Fazer cumprir seu dever nos locais mais distantes, fornecendo as garantias necessárias que são as estruturas físicas e humanas para motivar o funcionamento e edificar no espaço urbano instituições de ensino que preze pela ordenação progressiva das sociedades.

Os periódicos serviam como veículo em que as cobranças e os anseios eram publicados questionando as condições renegadas a educação, assim as dificuldades se acentuavam. Em nota publicada em 1917 é alertada para os leitores a falta de professores, para o jornal, o Estado não se mostrava muito atento as reais situações, motivo que os condenava a se manter nessas condições:

[...] até que o Sr Governador se lembre de enviá-lo para esta cidade e quando este aqui chegar e estiver executando o cargo que lhe foi confiado [...]. Do imposto, da política e tudo quanto pode encurtar o progresso do Estado, infelizmente se trata com o mais rigoroso cuidado, menos da instrução pública, que vive descurada entre nós. É preciso de mais Escola Sr Governador. (O Pharol, Sete De Maio de 1917).

Os artigos mantiveram certa regularidade ao longo dos primeiros anos do periódico. Alteravam e se cruzavam as publicações que tangem a re-afirmação da importância da instrução pública e de como esse processo enfrentava graves dificuldades. Assim, em uma mesma publicação intitulada de *A instrução Pública* publicada no dia oito de Junho de 1917 se apresentaria o relatório do inspetor de instrução pública, que descrevia considerações positivas quanto à instrução, mas que denunciava os elementos negativos de sua prática. O positivo era o virtual, o que se almejava alcançar através de, e o negativo, era, o andamento dessa possibilidade.

Cabe aqui destacar alguns motivos enumerados na publicação, um deles, quando os nomeados para o cargo de professor não reuniam qualidades suficiente e impossibilitava as formações, e o outro, quanto aqueles que viriam da capital em sua demora a assumir seus cargos, gerando grande empecilho:

3º uma vez nomeados lutam com sérias dificuldades para seguirem aos seus destinos por não terem certo quantitativo para seu transporte

4º porque seus ordenados são tão mesquinhos que dificilmente se poderão manter n'uma localidade [...].

5º finalmente quando taes fuccionários, segeum para o interior do estado onde lhes faltam via térrea é obrigado a uma viagem penosa, deshumana e despendiosissima [...] assumem os exercícios tão desanimados e nelles permanecem tão indiferentes, contando os dias para terem juz a uma licença, que uma vez obtida retiram-se assombrados da localidade com o firme propósito de não voltarem a ella[...].(O Pharol, Oito de Junho de 1917).

É preciso aqui abrir um rápido parêntese, pois no quinto ponto é possível notar o quanto à urbanização, modernização entrelaça aspectos que devem ser compreendidos em alguns casos conjuntamente, o artigo menciona quanto as dificuldades da locomoção daqueles que viriam a esta região, assim simultaneamente é um alerta a uma condição que deve ser superada, as vias, estradas devem facilitar o intercambio com outros centros distantes.

No tocante a região, frisamos mais uma vez o reconhecimento que há por parte das elites locais no poder estatal em gerir a educação, questão compreensível tanto pelo aspecto de rendimentos como parte também de um processo que a região se desenvolveria a partir da integração com os poderes do Estado, formando uma nação:

No interior, longiuo da capital nota-se o desprezo e o descuro dos poderes públicos em não fornecerem mobiliários para as escolas, resultando serem os prédios providos de alguns utensílios emprestados por uns e outros cidadãos, como mezas velhas vazos para água simplesmente, os alunos para não lerem em pé ou assentados ao solo conduzem de casa cada um seu banco ou cadeira [...].(O Pharol, Quartoze de Abril de 1918).

A estrutura física como apresentado fora o dilema pelo qual os próprios alunos notificavam ao jornal as condições impróprias para realização das aulas. Como a publicação sugere, ela tinha o intuito de “*chamar atenção do seu director, para que este providencie no sentido de regularizar as suas aulas, isto é, a fim de atender, a todos os seus alunos*”, assinada por um aluno de Petrolina em sete de julho de 1917 .

Neste processo era questionada a ausência daqueles que era o recurso humano desse projeto, o professor. Nas notas a indagação: “*Vem ou não vem...?*” re-afirmava a importância do mesmo para o funcionamento da Escola Pública Estadual do sexo masculino. Em momento de sua chegada os mesmos eram reverenciados com grande estima e consideração. A falta de escola e professores era referenciada como “*uma lacuna aberta no seio da sociedade*”. Como na chegada do professor Salvador Rocha dos Passos ao assumir a Escola Municipal Frei Caneca em 1918.

Traçando reflexão a partir desses levantamentos é possível colocar a questão de como era importante nesse processo não se deixar desvanecer as dificuldades impostas. Com já referido esse conhecimento requerido era útil a uma lógica.

A menção nos Jornais sobre as escolas e os professores, se prolonga ao longo do tempo, já em 1920 as cobranças giram em torno das mesmas problemáticas, mas é possível identificar um discurso mais depurado no tocante ao significado desse processo, “*A escola é o caminho recto que conduz ao saber*”. Salientando as conseqüências de um povo instruído como “*maior garantia que o Paiz pode ter na defesa de seus direitos*”. (O Pharol, sete de setembro, 1921).

Há de salientar sob esse período a crescente das idéias de nação a de liberalismo, o que de fato passou a atribuir as escolas um papel também de instrumento de poder e repercussão dessas concepções, espaço libertador de onde despertaria a sensibilidade e produção do conhecimento, do saber, assim, é necessário também compreender que, “*A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con) formador dos indivíduos*”. Nietzsche ao final do século XIX na Europa acrescenta que essa educação tinha por objetivo a “*decoreção da vida*” e de “*enciclopédias ambulantes*”. E era este o anseio dos intelectuais no vale do São Francisco, “*Em diversos paizes Europeus [...] elles vão seguindo sua marcha lenta é verdade, mas sempre progressiva*” (Jornal O Pharol, Junho de 1917).

Desta forma, a educação, a urbanização do centro da cidade, assim como, a incorporação de outras formas de lazer fizeram parte das preocupações da elite letrada da região do Vale do São Francisco nos anos iniciais do século XX. Longe de se pretender conclusivas, as reflexões aqui

apresentadas, tiveram o intuito de levantar a discussão das formas de modernidade e civilização presentes no sertão e destacadas pelo jornal o Pharol nos anos iniciais do período republicano.

FONTES E REFERÊNCIAS:

CAVALCANTI, Nomeriana; CÔRREA, Jean Carlos. **O Pharol - Tempo, Imagem e Memória**. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social. Produto Midiático (CD-Rom), Juazeiro-Bahia, 10 de junho de 2008

CUNHA, João Fernandes. **Memória Histórica de Juazeiro**. Juazeiro-BA. Ed. Autor. Juazeiro-Ba. 1978.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes** Trad: Ruy Jungmann. 2. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Vol I. 2011.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Da utilidade e do Inconveniente da História para a Vida**. São Paulo: Editora Escala, 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Dês) Encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

SANTANA, José Carlos Barreto (org), **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Rosa F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1810-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 302p.

JORNAIS

Jornal o Pharol 1915- 1920